

---

## NOTA TÉCNICA

### Posicionamento Brasil SGT-3

---

Dentre as principais ações tomadas pelo Inmetro objetivando propiciar o adequado grau de confiança na segurança dos brinquedos certificados no país para seus usuários, neste caso, as crianças, foi publicada a Portaria Inmetro nº 326/07. Esta medida foi tomada em face de uma série de fatos que evidenciaram o elevado número de brinquedos importados que não atenderam a requisitos mínimos de segurança, gerando diversos *recalls* em diferentes países, a partir do ano de 2006.

Em paralelo às medidas preventivas e emergenciais tomadas, o Inmetro estudou tecnicamente uma forma de propiciar um nível mínimo de segurança para os brinquedos, sem ferir os princípios de equivalência na avaliação da conformidade de brinquedos nacionais e importados. As medidas tomadas em caráter de urgência com a publicação da Portaria Inmetro nº 326/07 foram então analisadas, e ainda que a crise não tenha se encerrado, o Brasil verificou ser possível adotar medidas preventivas que fossem mais equivalentes contra a entrada de brinquedos inseguros no mercado brasileiro.

Portanto, com relação à vigência da Resolução GMC n23/04, informamos que a mesma é adotada pelo Brasil, exceto o Anexo V, que trata do Procedimento de Certificação.

Com o objetivo de revisar o Procedimento de Certificação para Segurança do Brinquedo, estabelecido na Resolução GMC 23/04, o Inmetro publicou, para consulta pública nacional, a Portaria Inmetro n384/2008, permitindo a opção entre os Sistemas 5 e 7 de certificação, tanto para fabricantes nacionais, quanto para importadores. Esta Portaria revoga e substitui a portaria Inmetro n326/07.

Visando contemplar os países do acordo Mercosul, o Procedimento de Certificação dá duas opções para aceitação de laboratórios. Estabelece a opção entre aceitação de relatórios de ensaio de laboratórios acreditados por signatários do ILAC, para produtos importados extra zona, mas também estabelece que os produtos importados intra zona sejam ensaiados por laboratórios acreditados pelo acreditador oficial de cada Estado Parte, aplicando-se os requisitos de ensaio da NM 300.

A Portaria Inmetro nº 384/2008 será notificada ao Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) da Organização Mundial do Comércio (OMC), em paralelo ao processo de consulta pública nacional.

Com relação ao questionamento sobre o maior rigor no procedimento de certificação, justificamos que uma série de fatos aconteceram e ainda vêm acontecendo, desde o final do ano de 2007, que justificam as mudanças processadas pelo Inmetro, tornando mais rigorosos os requisitos do programa brasileiro de certificação de brinquedos.



Importante ressaltar que os brinquedos que foram objeto de recall nos EUA, nos anos de 2006 e 2007, foram encontrados no mercado brasileiro devidamente certificados, ou seja, foram submetidos às tradicionais práticas de avaliação da conformidade vigentes. Portanto, mesmo que não tenham sido registrados acidentes no Brasil, podemos afirmar que essas práticas falharam.

Em função dessa nova realidade, além do maior rigor no processo de certificação, o Inmetro criou um processo de acompanhamento diário dos sítios na Internet do RAPEX (Rapid Alert System), da União Européia, e da CPSC (Consumer Product Safety Commission), dos Estados Unidos. De dois a cinco recalls de brinquedos são anunciados semanalmente por estes sites, havendo semanas em que o número de recalls de brinquedos anunciados ultrapassa em muito esta faixa. Isto deixa claro que a crise de confiança no setor não terminou, o que justifica a adoção de medidas mais restritivas nos processos de avaliação da conformidade.

Cabe ilustrar que a CPSC, nos EUA, acordou com os fornecedores de brinquedos a realização de quase uma centena de *recalls*. O Congresso Americano e a Casa Branca envolveram-se com a crise dos brinquedos, legislando e exigindo, a partir da publicação da Consumer Product Safety Improvement Act, dentre outros requisitos, mais rigor nos procedimentos de avaliação da conformidade para brinquedos, transformando o processo anterior, que usava o mecanismo da Declaração do Fornecedor, num processo de certificação compulsória

Com base no exposto, podemos afirmar que a crise de confiança no atendimento a requisitos mínimos de segurança, que afetou o setor de brinquedos em todo o mundo, demonstrou a necessidade do urgente aumento de rigor no processo de certificação de brinquedos pelo Inmetro.

Por fim, o Brasil propôs ao Mercosul a revisão do regulamento Técnico, visando principalmente a atualização do procedimento de certificação à nova realidade de mercado. Entretanto, e enquanto não temos uma previsão para a revisão do RTM, precisamos adotar medidas internas para assegurar um nível mínimo de confiança na segurança dos brinquedos certificados.